

Ano XXVI nº 6659 – 16 de setembro de 2022

Itaú anuncia terceirização e extinção de áreas



O Itaú comunicou mais uma área a ser terceirizada, dessa vez o SAC (Serviço de Atendimento ao Cliente), lotado no CA Tatuapé. Os 270 funcionários da área terão prazo para realocação de 120 dias (até a primeira quinzena de janeiro de 2023). Segundo o RH, a orientação junto aos gestores da área é que não seja feita nenhuma demissão durante o processo.

Os sindicalistas são totalmente contra a decisão do banco, que acarreta demissões, precarização do trabalho e retirada de direitos.

A COE (Comissão de Organização dos Empregados), exigiu do banco o número exato dos bancários envolvidos e a prestação de contas da realocação destes trabalhadores.

O banco informou também a extinção da área mesa PJ (veículos) em face da automação bancária. Ao todo 50 trabalhadores serão afetados. Eles terão um prazo de 60 dias para se realocarem. O banco alega existir assessoria para realocação, mas os bancários afirmam o contrário.

Outra área afetada e que deixará de existir é o Pool de Qualidade das Agências digitais Personnalité. A expectativa é que os 130 funcionários serão atingidos e realocados nas próprias agências digitais.

Somente no 1º semestre de 2022 o Itaú obteve lucro líquido recorrente gerencial de R\$ 15 bilhões, alta de 16,2% em relação ao mesmo período de 2021 e de 4,3% em relação ao trimestre anterior, quando lucrou R\$ 7,679 bilhões. Esse lucro demonstra que o banco, o maior da América Latina, tem total disponibilidade para contratar mais bancários, o contrário de destruir direitos e aumentar o desemprego no País. Contribuir para o desenvolvimento econômico e social da nação que tanto lhe dá lucros recordes e bilionários.

Governo Bolsonaro não reajusta valor da merenda escolar e crianças são obrigadas a dividir até ovo nas escolas

Último reajuste, aprovado pelo Congresso em agosto deste ano, foi vetado por Bolsonaro sob a alegação de que isso poderia estourar o teto de gastos

Com as verbas federais destinadas à merenda escolar congeladas há cinco anos, crianças estão recebendo carimbos para não repetir o prato, dividindo um ovo para até quatro pessoas, além de sofrer com a falta de itens básicos, como carne e arroz.

O último reajuste, aprovado pelo Congresso em agosto deste ano, foi vetado pelo governo Jair Bolsonaro (PL) sob a alegação de que isso poderia estourar o teto de gastos e afetar outros programas sociais.

O Projeto de Lei Orçamentária enviado ao Congresso também não prevê reajuste para o exercício de 2023.

De acordo com a imprensa, os gestores municipais alegam que a defasagem do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), de responsabilidade do governo federal, tem elevado os custos municipais, uma vez que a inflação da cesta básica, que inclui feijão e verduras, registrou alta de 26,75% entre maio de 2021 e maio deste ano.

O Pnae atende 41 milhões de estudantes e o valor é repassado diretamente para Estados e municípios. O valor diário é de R\$ 1,07 para as creches, R\$ 0,53 para a pré-escola e de R\$ 0,36 para o ensino fundamental e médio. O Ministério da Educação disse, em nota, que o programa alcança todos os alunos matriculados na rede pública e que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) não possui autonomia para elevar os valores per capita que são repassados.

